

Cochim como laboratório do mundo: uma paisagem no Estado da Índia no século XVI

Allan Pedro dos Santos Silva

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAU-USP).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa Fapesp, FAU-USP, 2019-20.

Os encontros e trocas culturais em escala global que resultam em paisagens culturais híbridas têm suscitado revisões historiográficas. Na contramão de uma história eurocêntrica, e ancorado nos recentes conceitos de "paisagem cultural", "hibridismo cultural" e "história global", o presente artigo visa ler e desconstruir processos de fertilização mútua na "mobilização ibérica" (GRUZINSKI, 2014), tomando como estudo de caso a cidade de Cochim, primeira capital do Estado da Índia do Império Português. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, o artigo debate a paisagem de Cochim em suas

interfaces com as culturas preexistentes, sobretudo ao longo do século XVI, tendo como pano de fundo os testemunhos produzidos à época – relatos de cronistas, naturalistas viajantes, cartógrafos – até as mídias atuais –, geotecnologias, literatura especializada, etc. Na análise do material levantado, a constituição de Cochim enquanto paisagem cultural mostrou-se sensivelmente ligada à ampla circulação de sujeitos, artefatos e ideias durante a mobilização ibérica, configurando-se como um caso exemplar dos contatos estabelecidos no processo de mundialização: um legítimo "laboratório do mundo".

Palavras-chave: história da urbanização; Estado da Índia; século XVI.

Cochin as a laboratory of the world: a landscape in the 16th-century State of India

Global scale encounters and cultural exchanges which had resulted in hybrid cultural landscapes have been arousing historiographic revisions. In counterpoint to an eurocentric history and anchored in recent concepts of "Cultural Landscape", "Cultural Hybridity" and "Global History", this article aims to read and deconstruct processes of mutual fertilization in the "iberian mobilization" (GRUZINSKI, 2014), using as a case study the city of Cochim, the first capital of the State of India in the Portuguese Empire. Starting from an interdisciplinary perspective and based on contemporary testimony – reports from chroniclers, naturalists, travelers, cartographers – up to current medias – geotechnologies, specialized literature, etc., the article debates Cochim's landscape in its interfaces with preexisting cultures, especially throughout the sixteenth century. After analyzing the material, it is possible to say that the formation of Cochim as a cultural landscape has proven to be connected to the wide circulation of individuals, artifacts, and ideas during the iberian mobilization, configuring as an exemplary case of the connections established in the process of globalization: a legitimate "laboratory of the world."

Keywords: history of urbanization; State of India; 16th century.

Cochin como laboratorio del mundo: un paisaje en el Estado de India en el siglo XVI

Los encuentros y los intercambios culturales en escala global que resultaran en paisajes culturales híbridos han despertado revisiones historiográficas. En dirección contraria a una historia eurocéntrica, y anclada en los conceptos recientes de "paisaje cultural", "hibridismo cultural" y "historia global", el presente estudio tiene como objetivo leer y desconstruir procesos de fertilización mutua en la "movilización ibérica" (GRUZINSKI, 2014), tomando como investigación científica la ciudad de Cochín, primera capital del Estado de India del Imperio Portugués. Partiendo desde una perspectiva interdisciplinaria, el artículo debate el paisaje de Cochín en sus interfaces con culturas preexistentes, especialmente a lo largo del siglo XVI, teniendo como trasfondo los testimonios producidos desde entonces – relatos de cronistas, naturalistas viajeros, cartógrafos – hasta los medios actuales: geotecnologías, literatura especializada etc. A partir de los estudios, la constitución de Cochín como paisaje cultural demostró estar sensiblemente vinculada a la amplia circulación de sujetos, artefactos e ideas durante la movilización ibérica, configurándose como un caso ejemplar de los contactos establecidos en el proceso de globalización: un legítimo "laboratorio del mundo".

Palabras clave: historia de la urbanización; Estado de India; siglo XVI.

1. INTRODUÇÃO¹

A história do Império Português foi escrita e reescrita inúmeras vezes pelas mãos de diversos historiadores, com múltiplos (e por vezes antagônicos) objetivos. Variaram não apenas os locais e os períodos, mas igualmente as perguntas, as fontes, os métodos e a teoria, que configuram uma grande multiplicidade de caminhos para se pensar o Império. Tal cenário, acreditamos, não poderia resultar senão numa enorme gama de proposições acerca do tema, conjunto ao qual este artigo se soma.

Dedicamos as seguintes páginas ao debate de um tema caro à compreensão da presença lusitana no mundo: os processos de urbanização. Elegendo a paisagem de Cochim como estudo de caso, e lançando mão de um arcabouço teórico, metodológico e documental tão plural quanto possível, buscamos construir caminhos alternativos para se pensar as cidades “portuguesas” pelo mundo e suas relações com o próprio Império e com diversos outros agentes com os quais os lusitanos estiveram em contato ao longo de suas atividades no ultramar.

Fundada em 1503 e situada ao sul da costa oeste do Hindustão, Cochim foi a primeira base perene dos portugueses no Oceano Índico, tornando-se, posteriormente, capital do Estado da Índia (entre 1505 e 1530). A cidade foi aparato político, militar e administrativo da Coroa portuguesa e articulou as atividades lusitanas ao longo da permanência do Império no Oceano Índico.

Tamanha a sua importância para o Império, Cochim apresenta-se como um caso primoroso para o estudo dos processos de urbanização dos portugueses no mundo, ensejando discussões que permeiam desde seus recursos naturais até as suas complexas relações humanas. Tal complexidade, porém, exige cuidados, pela margem que oferece a interpretações diversas — e por vezes divergentes entre si.

Para transitar com segurança por esse mar de questões de interesse aos estudos de urbanização, o item 2 deste artigo, intitulado “Por uma história descentrada: questões, diálogos e estratégias”, apresenta o pano de fundo de nosso trabalho, expondo nossos referenciais teóricos, o modo como formulamos e modelamos nossos problemas e, é claro, como os enfrentamos.

Definidos os balizadores, o item 3, intitulado “Os Portugueses no Malabar: a negociação como chave para o território”, pudemos debater as interações entre nativos e estrangeiros e destes com o meio circundante, de modo a refletir sobre como se deram os processos de fertilização mútua entre os portugueses e nativos no complexo contexto local, buscando privilegiar o que a historiografia clássica tendeu a legar a posição coadjuvante: as preexistências.

No item 4, “Repisando caminhos: as ‘Cochins’ de Walter Rossa e da cartografia”, discutimos como algumas das interações descritas na seção anterior podem ser lidas (ou não) na morfologia urbana de Cochim, tomando como referência dois trabalhos de Walter Rossa e uma série cartográfica de época. Esta experimentação, cabe salientar, dista do desejo de apresentar uma leitura inédita ou definitiva de Cochim, mas visa, em sentido oposto, revisitar produções pretéritas para especular sobre outras possibilidades de compreensão da paisagem em questão.

À guisa de conclusão, apresentamos, por fim, algumas breves reflexões a respeito de nosso objeto e de perspectivas historiográficas, visando pensar caminhos já iniciados nesse percurso, e sobretudo os que nos parecem oportunos para a posteridade, e que decerto poderão ser percorridos por nós e por aqueles que acreditam numa história global, descentrada e partilhada.

2. POR UMA HISTÓRIA DESCENTRADA: QUESTÕES, DIÁLOGOS E ESTRATÉGIAS

A reescrita da história da presença europeia no mundo se funda, em geral, sobre o desejo de revisar a centralidade do continente europeu ao longo do processo de mundialização ocorrido entre os séculos xv e xvi. Revisitando e questionando construções historiográficas que legaram ao continente europeu um papel central neste processo, historiadores de diversos países e centros de pesquisa transformaram a historiografia num campo de tensões e embates, que já rendem frutos.

Em 2002, na obra intitulada *The Renaissance Bazaar: From the Silk Road to Michelangelo*, Jerry Brotton trouxe à luz a estreita relação de trocas existente entre

os europeus e os povos (ditos) orientais na constituição do que hoje conhecemos como Europa, bem como no desenvolvimento de um de seus mais celebrados movimentos artísticos e culturais: o Renascimento. A obra é constituída por diversos temas que compõem um quadro (segundo o próprio autor, não definitivo) da Renascença, selecionados cuidadosamente no sentido de desconstruir a imagem unitária, eurocentrada e purista do período da história europeia que abrange os séculos xv e xvi. Nesta seleção, Brotton não escapa à reflexão sobre os projetos ultramarinos nos quais os reinos de Portugal e Espanha estiveram intensamente envolvidos ao longo desse período, tema ao qual o autor dedica um capítulo inteiro de sua obra.

Assim, além do subsídio teórico com o qual a obra nos impregna, nos levando a indagar sobre a centralidade europeia na história de um modo geral, o autor nos fornece informações valiosas para o estudo de nosso objeto, ao abordar, por exemplo, como a "experiência astronômica judia [levou] os portugueses até o Cabo" da Boa Esperança e como, mais tarde, o conhecimento navegacional islâmico os ajudou a chegar à Índia (BROTTON, 2009, p.157). Com estas duas breves referências, já se pode pensar que o que se consolidou na história como "expansão marítima europeia" na verdade teve desde a sua gênese participação de agentes não europeus, aspecto no qual insistiremos ao longo do artigo.

Serge Gruzinski apresenta como alternativa ao termo "expansão" a designação "mobilização ibérica" para referir-se aos contatos e circulações planetárias paralelas às explorações ultramarinas ibéricas, sob o argumento de que

[...] o termo consagrado "expansão" não oferece senão uma visão parcial e unidirecional, para não dizer eurocêntrica, dos deslocamentos em cadeia, impulsionados pelos espanhóis e pelos portugueses. (GRUZINSKI, 2014, p.53).

As obras de Brotton e Gruzinski, e de uma gama de autores, constroem uma história menos eurocêntrica e revisam estudos que se cristalizaram no campo disciplinar. Tais estudos, por vezes, não refletem o

que é efetivamente a história dos povos que estiveram durante séculos (ou mesmo milênios) trocando entre si e fertilizando-se mutuamente com suas culturas e tradições materiais e imateriais.

Em *Cultural Hybridity, Cultural Exchange, Cultural Translation: Reflections on History and Theory* (traduzido para o português por "Hibridismo Cultural"), Peter Burke (2003) explora de maneira concisa e ensaística o tema dos encontros, trocas culturais e processos de fertilização mútua. O autor aponta a necessidade de se distinguir os elementos que compõem as culturas híbridas ao invés de apenas tomá-las como híbridas e reproduzir esta mistura. Assim, Burke (2003) apresenta conceitos em diferentes categorias de elementos que fornecem suprimento para um estudo do hibridismo cultural, visando impedir a homogeneização da mistura que tanto dificulta o reconhecimento das diferentes raízes dessas culturas.

Nos estudos de urbanização, essa distinção de elementos de diferentes culturas torna-se mais difícil a depender do recorte geográfico. Em primeiro lugar, pelas dimensões do recorte: quanto maior este for, mais suscetível ao apagamento das particularidades ele se torna, e, desta forma, mais difícil fica o distanciamento da homogeneização. Caso contrário, apenas um estudo muito extenso para garantir uma consideração e distinção adequada dos elementos que geraram a hibridização.

Ainda no tocante à dimensão do recorte, o enfrentamento das fontes para discutir recortes muito vastos será decerto um problema. Há uma infinidade de fontes documentais e visuais dispersas em arquivos por todo o mundo (para não falar em outros suportes de informação), produzidas em diferentes contextos, sob diferentes pretextos, em diferentes suportes e técnicas, lançando mão de variados sistemas de escrita e idiomas. Universos de estudo de grandes dimensões tendem a necessitar de um grande universo de fontes, e as dificuldades da erudição e interpretação desta documentação serão igualmente amplas. Do contrário, o estudo corre o risco de ser demasiado parcial e restrito. Uma segunda dificuldade no que se refere aos recortes geográficos diz respeito aos anacronismos. Nas palavras de Gruzinski:



FIG. 1:

Localização de Cochim e da costa do Malabar na Península do Hindustão, representadas por um círculo branco e uma linha cinza, respectivamente. A posição estratégica de Cochim (com fácil acesso aos mercados do Golfo Pérsico, Golfo de Bengala e sudeste asiático) conferiu à cidade papel relevante no comércio ultramarino no Oceano Índico.

Fonte: GOOGLE EARTH PRO; LANDSAT; COPERNICUS. Editado pelo autor.

É tempo agora de abrir outras investigações sobre horizontes mais vastos, definidos menos em função de recortes que seriam os nossos atuais — a Europa ocidental, a América Latina, o México, o Peru, o mundo hispânico... — do que a partir dos conjuntos políticos de visão planetária que existiram em certas épocas do passado. (GRUZINSKI, 2014, p.45).

Gruzinski é preciso em estimular a abdicação de recortes geográficos definidos à luz de definições atuais, propondo que nos debruçemos sobre recortes definidos contemporaneamente aos nossos objetos. Por outro lado, a afirmação do autor indica um retorno ao primeiro problema: o de recortes vastos. Como, então, pensar os processos de urbanização do Estado da Índia, conjunto político que abrangia territórios do Cabo da Boa Esperança ao Extremo Oriente, sem o risco de homogeneizar todo esse território no que diz respeito às suas preexistências?

A resposta pode estar, em parte, na estratégia adotada pelo inventário produzido sob a direção de José Mattoso, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2010, com o título "Patrimônio de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo". Em seus três volumes, a obra consegue sistematizar um grande número de sítios com presença portuguesa considerando suas particularidades. A organização vertical da obra, que individualiza cada sítio estudado, permite um estudo aprofundado de cada localidade, considerando diversos fatores, preexistências, que deram às cidades a forma que conhecemos, tais como situação geográfica, história, religião e culturas locais, preexistências.

Nesses termos, julgamos pertinente realizar um estudo também vertical (centrado em um único objeto), mas com uma diferença fundamental: a partir da ideia de uma história descentrada (tal como Brotton e Gruzinski buscaram construir) e à luz do conceito de hibridismo cultural (conforme delineou Burke). Assim,

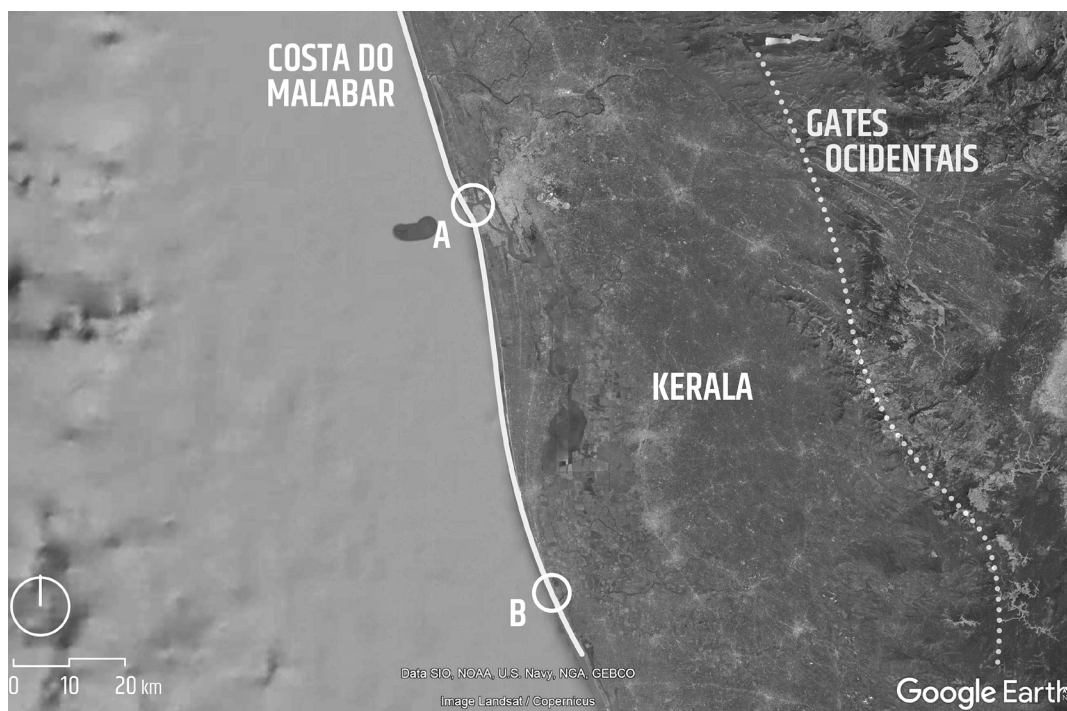


FIG. 2:

Situação do núcleo urbano de Cochim (A) e sua extensão a sul, atingindo a região de Purakkad (B). Ao norte do núcleo urbano, a ilha de Vaipim acompanha a costa do Malabar. Nota-se também a posição do Kerala, região entrincheirada entre os Gates Ocidentais e a costa do Malabar.

Fonte: GOOGLE EARTH PRO; LANDSAT; COPERNICUS. Editado pelo autor.

ainda que o estudo de caso a seguir esteja circunscrito a uma única localidade, propõe-se identificar e analisar as diversas camadas de historicidade ali presentes, o que implicará pensar este sítio em suas interfaces com diferentes contextos — que variam entre o alargado e o circunscrito, o europeu e o nativo, o natural e o antrópico — e temporalidades — que poderão oscilar entre diacronismos e sincronismos.

São numerosas as localidades pelo mundo com presença portuguesa no período da mobilização ibérica. Em cidades, fortificações, feitorias e comunidades formais e informais além do Cabo da Boa Esperança, os lusitanos podiam ser encontrados dispersos de Sofala a Timor. Todas, pode-se dizer, com aspectos interessantes de serem analisados. A eleição do caso de Cochim para exposição, nesse mar de opções, se dá em função de dois aspectos principais.

Primeiro, Cochim foi a primeira localidade onde os portugueses fincaram base sólida no Oceano Índico, já no início do século XVI. Se os portugueses haviam

até então acumulado um conjunto de experiências na costa oeste africana e nas ilhas atlânticas, o mesmo não se podia dizer sobre o Índico: Cochim foi o primeiro laboratório perene da experiência portuguesa nas costas asiáticas. Nesse sentido, o caso permite-nos analisar como os lusitanos acomodaram-se num contexto ainda desconhecido, debatendo suas estratégias e instrumentos.

Segundo, a cidade logo tornou-se a primeira capital do Estado da Índia, configurando-se como um centro do poder real num sistema vasto de presença lusitana nas costas banhadas pelo Índico, até a transferência da capital do Estado para Goa, em 1530. A perda do status de capital não significou, porém, perda de importância. O porto de Cochim seguiu sendo ponto de parada nas viagens lusitanas de e para Portugal, assim como entre Goa e Malaca (ROSSA, 2010). Assim, Cochim apresenta-se como um caso singular na história da presença lusitana na Ásia, sendo peça fundamental na articulação do sistema ultramarino.



FIG. 3:

Região que compreende ao núcleo urbano de Cochim. Destaca-se o local onde se situava o Forte Manuel (1), em Cochim-de-Baixo; o Dutch Palace (2), em Cochim-de-Cima; e as indicações do traçado da muralha seiscentista (A) e do Rio do Esteiro (B).

Fonte: GOOGLE EARTH PRO; MAXAR TECHNOLOGIES. Editado pelo autor com base em ROSSA (2010).

Embora nossa aproximação se dê por meio do Império Português, para realizar uma leitura de Cochim, incluindo suas interfaces com diferentes contextos e temporalidades ali presentes, será necessário dissolver os limites impostos pela muralha portuguesa² e tomar como objeto um recorte mais dilatado. Para isso, optamos por alicerçar nossa análise na conceituação de paisagem assimilada em estudos de Milton Santos (SANTOS, 2012, 2017) e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (MENESES, 2009).

O conceito de paisagem é oportuno por levar em conta tanto aspectos naturais como antrópicos em sua profunda interação, considerando a geografia física e humana pregressa como ator principal e não coadjuvante nos processos de territorialização e urbanização dos ádvenas ibéricos. Permitindo-nos, então, transitar entre o que é o artefato "cidade portuguesa" e o que são os outros elementos que compõem a paisagem em questão, estes passíveis de historicização e detentores de territorialidades próprias

(que podem compreender ou não o perímetro lusitano do território de Cochim).

Tendo sido a primeira capital do Estado da Índia, a cidade portuguesa de Cochim foi objeto de interesse de diversos estudiosos. As construções propostas pela historiografia, porém, não são livres de problemas. A leitura aqui proposta busca dialogar constantemente com os estudos já feitos, aproximando-se mais de alguns do que de outros, e apresenta alternativas a algumas leituras já realizadas. Nesse sentido, os trabalhos de Rossa (1997, 2010) se mostraram um bom guia, uma vez que nos fornecem uma série de fontes bibliográficas pertinentes ao estudo de Cochim.

Além de Rossa, foi inevitável a aproximação com autores como José Alberto Rodrigues da Silva Tavim (1999) e Helder Alexandre Carita Silvestre³ (2006), que apresentam em seus trabalhos formulações sobre nosso objeto que julgamos oportunas. O primeiro, discutindo Cochim em sua estreita relação com o comércio da pimenta, que extrapola os



FIG. 4:

Núcleo urbano lusitano de Cochim. Em destaque, os locais onde se situavam o Forte Manuel (1), o Cais da Pimenta (2), o Colégio Jesuíta (3), a Igreja de São Francisco (4) e a Igreja de Santa Cruz, antigo Convento de São Domingos (5). É indicado também o suposto traçado da muralha seiscentista (A) e do Rio do Esteiro (B).

Fonte: GOOGLE EARTH PRO; MAXAR TECHNOLOGIES. Editado pelo autor com base em ROSSA (2010).

limites da cidade lusitana. O segundo, tratando da arquitetura indo-portuguesa da região do Kerala em vias de (numa interpretação nossa) associá-la a um processo de hibridização entre nativos e ádvenas. Nos dois trabalhos, portanto, a presença dos nativos não é coadjuvante, o que nos é conveniente em face do nosso desejo de pensar uma história descentrada.

Ainda no que diz respeito à bibliografia secundária, também grandes nomes da historiografia do Império Português nos foram caros, tais como Charles R. Boxer e Luís Filipe Thomaz (salvo devidas considerações sobre a datação de algumas proposições de ambos).

Das fontes primárias, cabe destacar os relatos e iconografia primorosos de Jan Huygen van Linschoten (1596) e António Bocarro, com co-autoria de Pedro Barreto de Resende (1635). A estas duas obras de vulto, somam-se diversas peças cartográficas datadas do período de posse portuguesa sobre Cochim e também do período da presença holandesa, que forneceram informações igualmente

importantes para nossa investigação. Sua seriação, cabe dizer, já havia sido ensaiada por Luís Silveira (1956), o que nos permitiu transitar com segurança entre as bases cartográficas levantadas.

De posse de um conjunto de fontes primárias e secundárias, entre as quais as produções acima destacadas, pôde-se realizar uma leitura e análise das produções pretéritas a fim de construir uma narrativa (entre tantas outras) para a história de Cochim, considerando as interações entre seus diversos agentes (da natureza ao homem) para construir um enquadramento de sua paisagem numa perspectiva historiográfica que se propõe menos eurocentrada e mais global.

3. OS PORTUGUESES NO MALABAR: A NEGOCIAÇÃO COMO CHAVE PARA O TERRITÓRIO

A cidade de Cochim está localizada na costa do Malabar, porção sudoeste do litoral do Hindustão, integrando o

território delimitado pelo oceano Índico a oeste e pela Cordilheira dos Gates a leste, ao qual denomina-se Kerala (FIG. 1; FIG. 2). É a partir da compreensão deste espaço desenhado pela geografia que Silvestre inicia um estudo precioso sobre as preexistências desta porção da Índia, alegando a "quase permanente independência política [do Kerala] face a toda a Península Indostânica" (SILVESTRE, 2006, p.23) por seu entrincheiramento entre o mar e os Gates Ocidentais.

Com clima quente e úmido, a região consagrou-se como a "pátria original" da pimenta preta, que tanto era consumida internamente, como exportada para outras regiões, como a Europa, já antes da chegada dos portugueses (TAVIM, 1999). Tão marcante era esta característica da região que praticamente nenhum autor é capaz de passar ao largo dela, e que ganhou especial significado para a história do Império Português. A historiografia, repetidas vezes, evoca a emblemática fala atribuída à chegada de Vasco da Gama à Índia de que lá havia aportado em busca de "cristãos e especiarias".

A chegada portuguesa à costa do Malabar se deu em 18 de maio de 1498, numa frota que aportou na cidade de Calecute sob o comando de Vasco da Gama e assistida por um piloto árabe fornecido pelo sultão de Melinde⁴ (THOMAZ, 1994; BROTTON, 2009). Este fato nos coloca ao menos quatro questões de enorme importância. Primeiro, da presença árabe e seu envolvimento com as navegações no Índico. Segundo, que a condução pelo piloto árabe de Melinde até Calecute aponta para a preexistência de uma rota marítima conhecida pelos nativos que conectava as duas localidades. Terceiro, que a chegada a Calecute não foi de maneira alguma arbitrária, ou seja, preexistia uma rede comercial com centro em Calecute pela qual a pimenta circulava, e **sabia-se** de tal centralidade: "era Calecute o grande porto do comércio da pimenta, e foi aí que o piloto os conduziu" (THOMAZ, 1994, p.175). E finalmente, foi sob o auxílio do conhecimento local que a frota pôde cruzar o Índico em direção à costa do Malabar: a chegada portuguesa ao litoral ocidental da Índia em 18 de maio de 1498 não foi uma mera **chegada**, foi uma **condução**. Pelo exposto, podemos afirmar que as preexistências (aqui na forma de uma rota

marítima, de uma rede comercial e de um saber local) estão na gênese dos contatos portugueses com a Índia por via marítima.

Ademais, vale destacar que a existência dessa rota, conhecida por um navegador-astrônomo árabe, aponta para um sistema de rotas comerciais cujo enquadramento histórico em muito antecede a presença ibérica na região, como diversos autores ressaltam. Charles Boxer já apontava, em seu clássico "O Império Marítimo Português: 1425-1825", que o sucesso das navegações portuguesas nos mares asiáticos e seu consequente sucesso em interações comerciais foi fruto de uma situação favorável na região em termos náuticos e comerciais locais (BOXER, 2011). Para tanto, ainda que sem se aprofundar, o autor constrói um quadro panorâmico que dá visibilidade ao grau de complexidade de agentes preexistentes que já detinham cadeias de interações (comerciais, políticas, religiosas etc.) muito antes da chegada dos portugueses no fim do século xv e seu estabelecimento no início do século xvi.

Também nos estudos de Jack Goody, publicados em "O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente", os portugueses aparecem como apenas mais um ator em disputa e negociação no contexto preexistente. Os lusitanos tiveram que se inserir em uma cadeia composta por árabes, turco-otomanos, egípcios mamelucos, bizantinos, eslavos, chinos, hindus, cortes italianas e diversos outros potentados que disputavam o comércio de especiarias e artigos de luxo no seu trânsito entre leste e oeste, via navegação de cabotagem pelo oceano Índico e acesso ao Mediterrâneo pelo Golfo Pérsico, mar Vermelho (via Alexandria) ou rotas terrestres do deserto da Síria ou Constantinopla (depois Istambul) (GOODY, 2015).

Por fim, Michael N. Pearson também deteve-se na questão, debatendo a inserção dos portugueses nessa extensa cadeia de relações comerciais do Índico que preexistia à sua chegada. Em poucas palavras, o autor concentra sua tese:

Como devemos então sumariar as alterações ocorridas nos mercados e nas comunidades mercantis no século xvi em resultado da presença portuguesa? A

palavra-chave é: continuidade. A maioria das coisas não mudou. [...] A única alteração foi a chegada de um grupo bastante grande de europeus, que se integraram e participaram na complexa estrutura do comércio asiático, actuando sem qualquer vantagem particular em relação aos comerciantes armênios, judeus, shirazes, chatin ou banias. (PEARSON, 2010, p.107).

Dada a complexidade da cadeia em que buscavam se inserir os portugueses, nesse processo, mais do que atos de força, imperou a negociação. A arquitetura militar em defesa e ataque contra as armas de fogo, inventada nas cortes italianas no século xv e conhecida dos portugueses, foi a grande moeda de troca no estabelecimento lusitano em Cochim, como veremos adiante.

Retornando à chegada portuguesa à Índia, não cabe discorrer aqui sobre a estadia de Vasco da Gama e seus conterrâneos em Calecute, apenas apontar para seu equívoco em acreditar que os povos que naquela costa habitavam eram cristãos, quando na verdade eram gentios — confusão que somente foi esclarecida com a segunda viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, em 1501. Por fim, a intenção portuguesa de fincar raízes em Calecute se mostrou um empreendimento inviável, dadas as dificuldades de se inserir no território face ao poder local e suas relações de longa data com os povos que ali comerciavam. A alternativa, então, foi buscar relações em outra localidade que lhes fosse mais receptiva. Assim se sucedeu em Cochim.

Ao sul de Calecute e dentro de sua zona de influência, Cochim integrava o conjunto de pequenos reinos que compunham a região do Kerala. Conforme aponta Helder Carita, é tardia a ascensão deste reino no contexto local. Somente em 1341, com a conexão entre os grandes lagos do Kerala e o mar Árábico decorrente de uma sequência de chuvas, Cochim adquire vocação portuária relevante, também com novas conexões com o interior do Kerala por um conjunto de rios que ali desaguam (SILVESTRE, 2006).

O reino era governado sob um sistema de alternância de poder entre os cinco *tavazhies*⁵ da família real de Perumpadappu:

Sabemos que, segundo as leis de filiação matrilineares que regiam o sistema sucessório entre estes senhores — *marumakkattâyam* —, quando o rajá se tornava demasiado idoso para reinar devia transformar-se em asceta e retirar-se para um templo, deixando um sobrinho como regente. Por sua vez, quando aquele rajá falecia, também o regente se devia tornar asceta, deixando o poder para o príncipe mais idoso de todos os “ramos” Perumpadappu. (TAVIM, 1999, p.170).

O que sucedeu na prática foi que dentre os cinco *tavazhies*, os Elaya adquiriram maior poderio territorial e humano, garantindo-lhes o direito sucessório contínuo, gerando a oposição do *tavazhie* Mutha (TAVIM, 1999). Este último, em decorrência de um conflito local em que o rajá Elaya foi derrotado numa aliança Calecute-Mutha-Edappali, ascendeu ao poder, ao passo que permitiu a Calecute a nomeação dos reis e a intervenção direta em Cochim, que legou aos Mutha uma permanência longa no poder.

Possivelmente, a fim de garantir sua influência sobre Cochim, impedindo o fortalecimento contínuo do *tavazhie* Mutha, o Samorim julgou por bem restituir a certa altura o poder aos Elaya, ramo que governava Cochim à chegada de Pedro Álvares Cabral em 24 de dezembro de 1500 (TAVIM, 1999).

Neste contexto de disputas pelo poder, o ramo Elaya não tardou em ver nos portugueses um meio de concretizar seus desejos: tornar-se independente do Samorim⁶ de Calecute e garantir para si o direito sucessório do governo de Cochim. Os estrangeiros, por sua vez, viram no reino a oportunidade de se estabelecer na costa do Malabar após o fracasso em comerciar na cidade de Calecute. Assim, formou-se uma aliança que traria consequências do Malabar a Lisboa: Cochim se torna a primeira posição perene dos portugueses na Índia.

A cidade de Cochim (preexistente) era capital de um território mais amplo que, segundo a descrição de José Tavim (1999), incluía a cidade, a ilha de Vaipim e estendia-se pelo interior até Purakkad (FIG. 2). Sua geografia foi descrita assim pelo viajante neerlandês Jan Huygen van Linschoten:

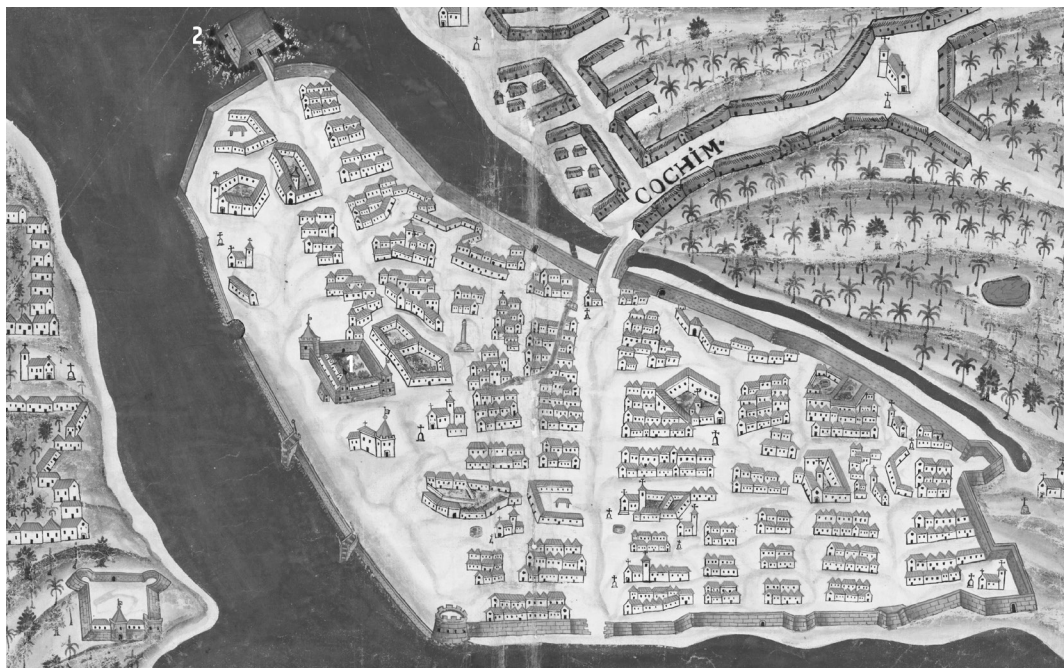


FIG. 5: Planta da cidade de Cochim, de Pedro Resende, 1635 (BOCARRO, 1635). São destacados, para fins de comparação com as demais cartas e plantas, o Forte Manuel (1) e o Cais da Pimenta (2).
 Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL. Editado pelo autor.



FIG. 6: Planta da cidade de Cochim, de autor desconhecido e data imprecisa (século xvii). Observa-se que as inscrições são feitas em espanhol, o que pode significar que compreende o período da União Ibérica. Atenta-se para o quadrante inferior direito da planta, onde é visível a representação de um traçado controlado e regulado. No quadrante superior direito, as terras pertencentes do rajá (Cochim-de-Cima), representadas praticamente sem edificações, com exceção das igrejas de Nossa Senhora da Graça (à esquerda, próximo ao Rio do Esteiro) e de São Tomé (à direita, mais interiorizada). São destacadas também o Forte Manuel (1) e o Cais da Pimenta (2), tal como nas figuras anteriores.
 Fonte: BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. Editado pelo autor.

Todas estas terras são baixas e planas, como a Holanda, mas não têm diques nem dunas, mas apenas a margem plana na praia do mar e no interior a margem e praia do rio, sem quaisquer elevações ou resguardos. Mesmo assim se mantêm no mesmo estado. (LINSCHOTEN, 1997 [1596], p.99).

Além da costa baixa e plana, Linschoten chama atenção para uma vegetação densa, repleta de bosques e árvores que proviam canela e pimenta em grandes quantidades. Também os cursos d'água e ilhéus são consideráveis em quantidade e extensão, de acordo com a descrição de Walter Rossa (2010), que aponta ainda para a navegabilidade do território.

Neste ambiente de topografia pouco acidentada, recortado por cursos d'água e com vegetação exuberante, os portugueses buscaram firmar-se, e assim o fizeram, sob anuência do rajá de Cochim (Uni Goda Varma Koil Tirumulpad), mas não tão pacificamente quanto se imaginaria. O Samorim de Calecute, ciente das aproximações entre o rajá e os estrangeiros, esforçou-se por diversas vezes para impedir a aliança, fazendo uso da força e chegando a ocupar a cidade em 1502, logo após a partida da segunda armada de Vasco da Gama.

A cidade foi libertada da ocupação ordenada pelo Samorim no ano seguinte, pela ação da frota de Fernando e Afonso de Albuquerque.

Foi assim fácil obter autorização para a construção de um forte, que designaram de Manuel, o qual tinha em primeira linha ao longo da barra uma tranqueira, que também aconchegava a feitoria e uma igreja, de São Bartolomeu, e um espaço vazio para a ribeira, ou seja, o porto. (ROSSA, 2010, s.p.).

Nada resta do denominado Forte Manuel, construído em madeira e inaugurado em 01 de novembro de 1503, mas sua importância fica registrada na história por ter sido a primeira construção portuguesa no Oriente. Sua fundação, se estiver correta a descrição de Gaspar Correa, foi realizada sob orientação do rajá de Cochim, que indicou aos estrangeiros onde o forte haveria de ser construído, em 27 de setembro de 1503 (ROSSA, 2010).

A descrição quase ritualística de Gaspar Correa em "Lendas da Índia" sobre a ereção do Forte Manuel, citada por Walter Rossa, é reveladora de um papel central desempenhado pelo rajá neste ato. Não se tratou de uma mera autorização para construção da fortaleza, mas foi o próprio rajá que conduziu os portugueses até o local onde o forte poderia ser construído e indicou-lhes onde assentar as estacas. Ainda que a descrição de Gaspar Correa possa ter sido uma construção, é de interesse pensar que no século XVI, a serviço da Coroa Portuguesa, um cronista tenha registrado o rajá numa posição de condução da atividade de edificação do forte luso. Construção ou não, é interessante determinarmos no trecho de Walter Rossa:

Coube a Gaspar Correia descrever com algum detalhe e simbolismo o momento de fundação deste primeiro posto português no Oriente: no dia 27 de setembro de 1503, **o rei de Cochim "veo pelo rio com os Capitães [...] e com todos falando mostrou o lugar onde se fizesse**, que era a ponta de hum palmar de terra alagadiça, que esteiro rodeava d'ágoa do mar, que ficava como Ilha. Onde logo o Capitão mor [Francisco de Albuquerque] tomou huma enxada, e cavou, dizendo «Em nome e louvor da fé de Christo, que cavando se descobrio a Sancta Vera Cruz, que Nosso Senhor quis mostrar a Sancta Elena». E cavando, e outros tirando a terra, fez uma cova em que se metteo hum pao, e outra cova fez o feitor, e outra Pêro d'Ataide, e outra Duarte Pacheco, **nos lugares que EIRey mostrou, que ficarão em quadra, e de dentro grande campo, [...]** e com muytos carpinteiros fizerão huma grande estacada pólo rio, do cairo que EIRey posera, e por fora fizerão outra, e entulharão de terra e rama antre huma e outra, que terão duas braças de largo. [...] e da tranqueira ao longo do rio ficou grande praça para a ribeira, e por derredor das casas assim muyto campo". (ROSSA, 2010, s.p., grifos nossos).

Sobre este episódio, reflete-se: teria o rajá de Cochim designado além do sítio de implantação do forte também sua forma? As fontes não nos confirmam, tampouco contradizem a possibilidade.

Houve outras investidas do Samorim de Calecute contra Cochim, mas as armas portuguesas foram capazes de defender a cidade, sob comando de Duarte Pacheco Pereira (que ali permaneceu após a partida dos primos Albuquerque). A tensão só seria de fato apaziguada com um tratado de paz assinado com o Samorim e ratificado por D. Manuel I em 1513 (BETHENCOURT; CURTO, 2010).

Após o Forte Manuel, reconstruído em pedra pelo primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, outras estruturas foram acrescentadas a Cochim, tais como arquiteturas militar, civil e religiosa, configurando a cidade "portuguesa" que as fontes cartográficas de época representam.

O que por ora nos chama atenção é como a fundação da Cochim "portuguesa", simbolicamente retratada na ereção do Forte Manuel, e o percurso que leva a esta construção são reveladoras de uma relação de negociação entre as partes, em que os portugueses adaptaram-se às condições locais (voltando-se para Cochim em vez de continuar perseguindo Calecute) e também as modificaram. Os nativos, por sua vez, mostraram-se ativos em todo o processo, desde as primeiras interações à ereção do primeiro forte. Não parece ter havido violência entre as partes na relação entre Portugal e Cochim, tampouco passividade; houve negociação, adaptação e cooperação.

Finalmente, é relevante considerar que não há negociação sem que se busque alguma equivalência na troca entre as partes envolvidas. Não foi a troca de nada que os portugueses e os malabares de Cochim negociaram entre si. Portugal tinha poder de guerra e desejava praça e produtos para comerciar; Cochim desejava a liberdade das influências de Calecute e dispunha de praça de comércio e produtos. Oferta e demanda encontraram-se em momento e local oportuno, como em toda boa negociação. Nas palavras de Walter Rossa, em Cochim

[...] seguiu-se o procedimento já experimentado na costa africana e que se viria a constituir como padrão para muitas das situações de **implantação resultantes de negociação e não de atos de força**: o estabelecimento de uma feitoria na periferia do núcleo urbano preexistente [...] seguido

da respectiva fortificação, o que estabelecia um vínculo de soberania. (ROSSA, 2010, s.p., grifo nosso).

4. REPISANDO CAMINHOS: AS "COCHINS" DE WALTER ROSSA E DA CARTOGRAFIA

Dentre a gama de autores e estudos aqui mobilizados, não nos resta dúvidas de que o trabalho de Walter Rossa desponta como a nossa principal referência para entender a forma urbana de Cochim. Arquiteto e urbanista de formação, orientado por José Eduardo Horta Correia na Universidade Nova de Lisboa, Rossa atenta para a cultura material (a arquitetura e a cidade) enquanto fonte e vetor da história, salientando as culturas nativas no contexto de formação de seus objetos de investigação. O autor apresenta diversas interpretações descritivas e analíticas da presença portuguesa na Ásia (com ênfase na atual costa oeste indiana), cujo vasto universo de fontes textuais, visuais e materiais, esmiuçadas à luz dos instrumentos historiográficos, geográficos e arqueológicos, dão a medida da extensão e rigor de seu trabalho de pesquisa.

A primeira obra do autor a ser destacada foi publicada em 1997, sob o título "Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental", e decorre de visitas a campo realizadas por Rossa em 1994. Financiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Oriente, as visitas resultaram num relatório que serviu de base para a redação da obra. Considerando que "a implantação de cidades decorre sempre das políticas territoriais (de ordenamento, militares, comerciais, etc.)" (ROSSA, 1997, p.14), o autor busca alicerçar o seu estudo sobre as cidades de Cochim, Goa, Chaul, Diu, Baçaim e Damão na compreensão do contexto de sua fundação, lançando mão de uma série de fontes primárias e secundárias para construir sua narrativa.

Outra importante produção do autor compõe o já mencionado inventário publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2010, dirigido por José Mattoso, e cujo terceiro volume contou com a coordenação de Walter Rossa. Além do exaustivo levantamento e

comentário das fontes disponíveis para o estudo da presença portuguesa no Índico e do cuidadoso texto introdutório do volume, Rossa contribuiu com estudos precisos de enquadramento histórico e urbanístico das seis “cidades da expansão” que compuseram o livro “Cidades Indo-Portuguesas”, debruçando-se agora com maior intensidade na morfologia urbana dessas cidades.

Não cabe aqui retomar todos os caminhos percorridos por Rossa nesses dois estudos — além de dispensável em termos de difusão⁷, a tarefa seria impraticável dada a natureza dessa publicação. É de nosso interesse, porém, mobilizar estes estudos visando ensaiar a compreensão da forma como a “cidade portuguesa” integrou a paisagem de Cochim, debatendo também um suporte documental caro aos estudos de Rossa e aos nossos: a cartografia. Tal operação, acreditamos, é etapa imprescindível para que possamos avançar na compreensão do modo de inserção lusitano no contexto preexistente (natural e antrópico), e nos dá parâmetros para pensar os processos de hibridização que ali tiveram lugar.

Conforme apontamos anteriormente, já antes da chegada dos portugueses, a cidade de Cochim era capital de um território mais vasto, cujas terras planas e baixas, cortadas por uma série de canais, eram tomadas por uma flora exuberante. A capital do reino (FIG. 3) reduzia-se

[...] a um pólo urbano virado para o principal desses canais, o paralelo à linha de costa, [e] situando-se a cerca de quilómetro e meio da principal das cinco barras por onde esse sistema interior comunicava com o mar. (ROSSA, 2010, s.p.).

Foi a norte deste núcleo urbano preexistente que os portugueses se instalaram inicialmente, quando do fornecimento, pelo rajá de Cochim, de grandes casas para a realização do comércio entre os europeus e os nativos. A posição era sem dúvida privilegiada: na barra principal do sistema de canais navegáveis que ligava o mar ao interior, acessando grandes montantes de especiarias. As casas obtidas e transformadas em feitoria logo seriam

fortificadas, com a ereção do Forte Manuel em 1503, cujo episódio já apresentamos e comentamos anteriormente.

Segundo Rossa (2010), o forte fora inicialmente ereto em madeira, palma e terra de enchimento, dotado de uma tranqueira que acompanhava a barra do canal principal (a norte) e duas plataformas para apoio de artilharia, além de abrigar a igreja de São Bartolomeu e a ribeira. Somente em 3 de maio de 1506, sob ordem de D. Francisco de Almeida, o primeiro governador-mor de Cochim, iniciou-se a remodelação do forte em pedra, não obstante a inexistência de pedra para construção no local, que certamente exigiu alguma negociação com outras localidades para obtenção do material (ROSSA, 1997, 2010).

O Forte Manuel, já em sua reforma em pedra, foi representado por Resende na planta de Cochim que compõe o já mencionado “Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental”, de Bocarro (FIG. 5). Nota-se a representação da pedra que distingue a construção da maior parte das demais edificações do perímetro lusitano e das áreas envoltórias.

No que diz respeito à forma da cidade, a planta apresentada por Bocarro registra a Cochim sob soberania portuguesa já em suas maiores dimensões. De acordo com Rossa, o processo de expansão que modelou a cidade ocorreu com maior evidência e constância sob o governo de Afonso de Albuquerque, entre 1509 e 1515, mas não se pode aferir aqui até onde Cochim já havia se expandido ao fim de seu governo, tampouco se a dimensão à época era a mesma da representada por Resende⁸. Fato é que, ao fim do governo de Albuquerque, Cochim já era dotada de estruturas edilícias como o próprio Forte Manuel (que agregava em si alfândega, cadeia, casa da câmara, casa do capitão), hospital, tercenas (armazéns), igreja matriz, pelourinho, palácio episcopal e casa da misericórdia. “Em suma: o conjunto completo das instituições que habitualmente definiam a centralidade urbanística das cidades portuguesas de Quinhentos” (ROSSA, 2010, s.p.). O status de cidade, porém, só foi atribuído a Cochim no ano de 1527.

Retornando à planta de Resende, não é desprezível a beleza do trabalho, que

compõe um conjunto de cinquenta e duas plantas aquareladas sobre papel que acompanham o texto de Bocarro (SANTOS; MENDIRATTA, 2011). Nota-se que o recorte geográfico representado centraliza o perímetro português de Cochim, o qual era chamado de “Cochim-de-Baixo”, evidenciando o interesse do autor em privilegiar o núcleo lusitano. Embora a representação deste perímetro seja claramente demarcada pela muralha que o encerra, pode-se dizer que inicialmente foram os elementos naturais que deram forma a Cochim-de-Baixo. A delimitação deste espaço, muito antes da existência da muralha (que só viria a ser executada no início do século XVII), era feita em grande parte pelas águas que o recortavam: ao norte e a leste, pelas barras do canal que dava acesso ao mar (na planta, à esquerda e acima do núcleo amuralhado, respectivamente); ao sul, pelo rio do Esteiro (na planta, estreita linha d'água em diagonal do centro superior para a direita). Pode-se, é claro, surgir a questão: não estariam os portugueses aptos a transpor o rio do Esteiro e continuar sua expansão ao sul? De acordo com Rossa,

Santa Cruz de Cochim não poderia ter crescido muito mais sem que isso tivesse gerado problemas de relacionamento com o soberano local, o maior aliado de sempre dos portugueses no Oriente, relação que era fundamental para que as especiarias continuassem a afluir aos armazéns portugueses. (ROSSA, 2010, s.p.).

De crescimento gradual, livre de um plano urbanístico formal inicial, pode-se inferir que a cidade ganhou dimensão à medida das necessidades do Império (que era, afinal, a razão de ser da fundação por Portugal das cidades no ultramar), mas de modo dialético com as condicionantes locais, tanto naturais quanto antrópicas (aqui expressas nas formas dos cursos d'água e do poder local). A interpretação expande-se ainda à designação da área portuária, conforme nos informa Walter Rossa:

As estruturas portuárias, incluindo os armazéns e peso das especiarias e um pequeno forte, estavam mais dentro [da barra do canal], pois as fortes correntes de maré na barra dificultavam

a manobra das pequenas e abarrotadas embarcações de mediação. Foi essa necessidade que ditou o alongamento da forma urbana para nascente, fazendo com que a área urbana que veio a ser cintada por uma muralha atingisse a inusitada expressão de cerca de 54 hectares, mais do dobro da que tiveram cidades da Província do Norte (Chaul, Baçaim, Damão). (ROSSA, 2010, s.p.).

Prosseguindo na análise da planta de Resende, à esquerda situa-se a porção de terra referente à ilha de Vaipim, onde os portugueses instalaram estruturas como a residência episcopal (quando Cochim se tornou cidade e sede de bispado) e uma paróquia (ROSSA, 2010). Nota-se que o conjunto edilício representado em Vaipim segue a tipologia representada em Cochim-de-Baixo, com arquitetura baixa, de um a dois pavimentos, com revestimento de coloração branca nos muros externos, além de telhados em duas águas. Ao que parece, elementos construtivos sugestivamente mais perenes do que se buscou representar no lado oposto da planta.

A porção de terra representada por Resende, à direita do núcleo lusitano, compreende exclusivamente os domínios do rajá de Cochim, preexistente à chegada dos portugueses e conhecidos à época da presença lusitana por Cochim-de-Cima. Em 1557, os portugueses construíram ali um palácio para ofertar ao rajá de Cochim, situado no então centro do núcleo urbano preexistente, e que atualmente subsiste após as inúmeras intervenções holandesas (agora conhecido por Dutch Palace ou Mattancherry Palace) (ROSSA, 2010).

A diferenciação entre os espaços português e hindu não foge aos olhos de Resende, que a explicita na representação do tecido edificado (como já apontamos, o conjunto edilício é contrastante em relação às áreas majoritariamente lusitanas já descritas). As edificações nativas são representadas em geral com um só pavimento, de muros externos de coloração marrom escura (provavelmente de terra) e cobertas por vegetação também em tom terroso. Ademais, diferentemente do que acontece no núcleo português, Resende não diferencia as edificações entre si, que formam uma massa homogênea e monótona.

Não há também uma diferenciação clara entre o que é a floresta e a cidade hindu: edifícios e vegetação encontram-se em contato direto, fazem parte de um todo cuja relação rua-edificação-floresta é uma constante. O que parece estranho a este conjunto é similar ao lusitano: as igrejas. Estas são representadas tal como no núcleo português, destacando-se em altura e isoladas no tecido edificado.

Entretanto, tais diferenciações entre o núcleo português e o núcleo hindu representadas por Resende não devem ser tomadas como verdades absolutas. Como representação, não são capazes de substituir a realidade, mas a evocam atribuindo-lhe novos sentidos. Não nos parece equívoco pensar que houve, de fato, alguma diferenciação entre o que se constituiu pelo poder português e o que já havia sido constituído pelos nativos antes da chegada dos ádvenas, e nesse sentido a planta de Resende parece assertiva, pois indica a existência dessas diferenças. Porém, como dissemos, é uma representação, e não está livre dos equívocos ou exageros (conscientes e inconscientes) de seu autor.

O mesmo pode-se dizer de outras representações iconográficas, como as que Luís Silveira reuniu em seu "Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar" (1956). É comum a representação de Cochim-de-Cima como uma área ruralizada (quando não agrícola, como em algumas representações holandesas), de arquitetura menos perene e de traçado muito irregular; enquanto Cochim-de-Baixo apresenta-se dotada de tecido tendencialmente ordenado e geometrizado, além de arquitetura perene. Há ainda casos extremos, nos quais, por exemplo, Cochim-de-Baixo é representada com traçado hipodâmico e Cochim-de-Cima é simplesmente desenhada como área rica em vegetação sem edificação alguma, exceto duas igrejas (FIG. 6)

A crítica dessas fontes ainda não foi esgotada, o que nos oferece inúmeras frentes de investigação. Soma-se a este fato o quase total desaparecimento da cidade portuguesa que essa cartografia evoca, tornando o trabalho tão árduo quanto necessário para que possamos refletir em profundidade sobre a forma de Cochim-de-Baixo e de suas relações com a paisagem em que se insere (que congrega também

Cochim-de-Cima, a ilha de Vaipim, os canais, o solo, a topografia, o clima, a vegetação, os rajados, as redes comerciais...).

Por fim, os avanços dos recentes trabalhos sobre a região (dentre os quais destacamos os de Walter Rossa, Helder Carita e José Tavim) são animadores, mas estes ainda não conseguiram responder uma série de questões, sobretudo às que se referem ao que estava além da muralha seiscentista que cercava a "cidade portuguesa": os povos nativos e sua relação com a paisagem que co-habitavam com lusitanos. Caberá a nós, portanto, seguir enfrentando o tema, a despeito das dificuldades que as fontes documentais e materiais possam oferecer.

5. CONSTRUIR PONTES ENTRE OS MUNDOS

Que, no entanto, fique já bem claro: relativamente à escala territorial e civilizacional do Hindustão, as cidades indo-portuguesas no seu conjunto nunca foram mais que "picada de insecto na pele do elefante". (ROSSA, 1997, p.30).

O Estado da Índia, conforme afirma Luís Filipe Thomaz, configurou muito mais uma "rede" do que um "espaço geográfico" contínuo (1994, p.208). Numa interpretação nossa, tal definição vai ao encontro do excerto acima apresentado, que compõe a obra "Cidades Indo-Portuguesas", de Walter Rossa. Concordamos com a definição de Thomaz, o que nos leva a crer que é preciso pensar as cidades da costa do Hindustão como pontos ("picadas de inseto") num vasto território ("pele do elefante"); pois, de fato, Cochim, observada a partir do Estado da Índia ou do Império Português, configurava-se mais como um simples ponto entre tantos outros num enorme território ocupado por sultanatos e rajados variados e complexos. Porém, a partir de outros pontos de vista, poderia-se dizer que o "elefante" sequer existia.

Como pudemos ver no caso de Cochim, a presença portuguesa naquela localidade alterou profundamente a dinâmica local, com transformações que vão do manejo do meio natural às disputas de poder entre os potentados da região. A "picada de inseto", a partir dessa escala (a local, nativa),

adquire enormes proporções. Os estudos de outras cidades do Império nessa porção do Hindustão (entre os quais poderíamos destacar os do próprio Walter Rossa) têm nos mostrado que há uma variedade imensa entre os sítios investigados, e embora haja algumas aproximações possíveis (como entre as cidades da Província do Norte), do ponto de vista dos povos nativos que tiveram seus territórios profundamente modificados pelo projeto ultramarino lusitano, estas cidades representaram uma mudança profunda em suas dinâmicas locais, cada qual à sua maneira.

Nesses termos, é indispensável pensar a presença portuguesa nessas cidades a partir não só do Império Português, mas também das disposições locais preexistentes. Acreditamos que somente dessa forma seremos capazes de enfrentar a imagem de um "Oriente" tateado pelos lusitanos que foi construída numa chave homogeneizadora (quando não, com um certo exotismo fetichista). Pensar essas cidades (ou, em nosso caso, essas paisagens) a partir de suas próprias condicionantes é uma etapa crucial para se construir uma história descentrada que estabeleça diálogos de igualdade e respeito entre as diferentes culturas envolvidas. É tempo de multiplicar os "elefantes", e só então entendê-los como conjunto: um conjunto de culturas que foram mobilizadas, fertilizadas mutuamente e transformadas pelas conexões que foram estabelecidas entre elas no contexto da mobilização ibérica, e que resultam em produtos das mais diversas naturezas, entre as quais, as paisagens (propositalmente no plural).

"Mobilização rima com mundialização" (GRUZINSKI, 2014, p.56). Assim, ler as paisagens do Estado da Índia como testemunho da mobilização ibérica é também lê-las como testemunho dos processos de mundialização para além da história do Império Português, mas também pela história partilhada por diversos povos e culturas; é, entendê-las como legítimos "laboratórios do mundo".

Por fim, é fundamental entender que a história da mobilização ibérica é também a nossa história, e que mesmo com todas as diferenças e distanciamentos que hoje poderíamos apontar entre o Brasil e

qualquer outro território cuja presença portuguesa foi perene⁹, ainda partilhamos com estes um período importante de nossa trajetória. Assim, nos é oportuno investigar esses que naturalmente chamamos de "outros", em vias de contribuir para a reflexão dos significados de nossa própria constituição enquanto território, país, nação ou povo, constituição esta que passou pelo contexto da mundialização. A operação, porém, não implica forçar proximidades, mas sim considerar semelhanças e diferenças, a fim de situar num contexto alargado os significados da presença lusitana no Brasil e no mundo. Diante do colocado, são oportunas as palavras de Gruzinski:

Fazer o inventário das diferenças é também ressaltar pontos comuns. O exercício é indispensável para quem pretenda construir pontes entre os mundos. (GRUZINSKI, 2014, p.201).

NOTAS

1. O artigo é decorrente da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "A mobilização Ibérica como laboratório do mundo: paisagem, cultura material, circulações planetárias, histórias partilhadas e as cidades no Estado da Índia (Damão, Goa, Baçaim, Chaul, Diu e Cochim)", sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), 2019-2020.
2. Ao menos em teoria, já que a muralha só foi executada no início do século XVII.
3. Geralmente citado como Helder Carita, como será também aqui adotado.
4. Onde os portugueses haviam aportado e sido bem recebidos, segundo Thomaz (1994, p.175).
5. Segundo Tavim, "a família Perumpadappu estava dividida em cinco *tavazhies*, ou "ramos", que, segundo a tradição, eram descendentes das cinco irmãs do mítico imperador Cheraman Perumal." (1999, p.170)
6. Título de soberania do reino de Calecute.
7. O primeiro estudo foi franqueado pelo próprio autor em seu perfil na plataforma online Academia.edu (Disponível em: <coimbra.academia.edu/WalterRossa>. Acesso em: mar. 2020). O segundo estudo também está disponível online no portal *Heritage of Portuguese Influence/Património de Influência Portuguesa* — HPIP (Disponível em: <www.hpip.org/pt>. Acesso em: mar. 2020), de livre acesso e mantido pela Fundação Calouste Gulbenkian.
8. Pedro Barreto de Resende foi secretário do vice-rei D. Miguel de Noronha, de quem recebeu a solicitação de fornecer a iconografia que comporia o relatório de António Bocarro sobre as possessões portuguesas no Estado da Índia. O relatório havia sido solicitado pelo rei D. Filipe III em 1633 e foi concluído em 1635 (SANTOS; MENDIRATTA, 2011).
9. Sem falar nas enormes contradições e diferenciações que poderíamos apontar no próprio território brasileiro, e que, em alguns aspectos, decorrem também do período de colonização portuguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. Disponível em: <bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/16936>. Acesso em: mar. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL. Disponível em: <purl.pt/27184>. Acesso em: mar. 2020.
- BOCARRO, António. **Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental** [1635]. In: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <purl.pt/27184>. Acesso em: mar. 2020.
- BOXER, Charles R. **A Índia portuguesa em meados do século XVII**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. **A igreja militante e a expansão ibérica, 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BROTTON, Jerry. **O bazar do Renascimento: da rota da seda a Michelangelo**. São Paulo: Grua, 2009.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CARNEIRO, António de Mariz. **Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia**. Lisboa: Fundação Oriente, 1990. [fac-símile: _____. Descrição da Fortaleza de Sofala, e das mais da Índia com uma Rellaçam das Religiões todas, q há no mesmo Estado, pelo Cosmografo Mor Antonio de Mariz Carneiro. 1639.]
- GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo: Edusp, 2014.
- LINSCHOTEN, Jan Huygen van. **Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. [fac-símile _____. Itinerario, Voyage ofte schipvaert van Jan Huyghen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592. Cornelis Claesz, Amsterdam, 1596.]
- MATTOSO, José (dir.). **Património de origem portuguesa no mundo: Ásia, Oceania — arquitetura e urbanismo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- MENESES, Ulpiano B. Paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2009. p.29-64.
- PEARSON, Michael N. Mercados e comunidades mercantis no Oceano Índico: situar os portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010. p.93-114.
- RESENDE, Pedro Barreto de. Cochim. Desenho, a cores. In: BOCARRO, António. **Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental** [1635]. In: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <purl.pt/27184>. Acesso em: mar. 2020.
- ROSSA, Walter. **Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- _____. Kochi [Cochim, Cochim, Santa Cruz de Cochim]: Enquadramento Histórico e Urbanismo. In: **Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa — HPIP**, 2010. Disponível em: <www.hpip.org/pt/Contents/Place/569>. Acesso em: mar. 2020.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos; MENDIRATTA, Sidh Losa. Goa, Damão e Diu aos olhos de Resende: análise comparativa das vistas representadas. **Oriente**, Lisboa, n.20, p.51-62, 2011.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar**. v.3. Lisboa: Ministério do Ultramar/Junta de Investigações do Ultramar, 1956.
- SILVESTRE, Helder Alexandre Carita. **Arquitectura e construção tradicional do Kerala**. In: _____. **Arquitectura indo-portuguesa na região de Cochim e Kerala: modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII**. Tese (Doutorado em História de Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2006. p.77-110.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. Cochim e o Comércio da Pimenta. In: PORTUGAL. **Espaços de um Império (Os): Estudos**. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p.169-181.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

SOBRE O AUTOR

Aluno de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
allanpedro@usp.br